

DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.2020.r1a2>

Recebido em: 14/04/2020

Aceito em: 18/04/2020

CONEXÕES ENTRE GESTÃO ESCOLAR, CONSELHOS ESCOLARES E PARTICIPAÇÃO

CONNECTIONS BETWEEN SCHOOL MANAGEMENT, SCHOOL ADVICE AND PARTICIPATION

Cleyton Corsino de Araújo lima

Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: cleytonxcorsini1@gmail.com

RESUMO

Segundo a Constituição Federal de 1988 a educação compreende um direito social. A formação cidadã acontece quando a escola permite aos alunos a participação no cotidiano da cultura institucional por meio da gestão dialógica. O Conselho Escolar é um espaço de participação que permite o exercício de práticas democráticas e de autonomia, sendo um importante aliado para a qualidade social da gestão. Este artigo reflete sobre a dinâmica do Conselho Escolar enquanto espaço de participação da comunidade na escola pública e aponta sobre a relevância de sua implementação e consolidação para a formação escolar cidadã. Metodologicamente, o artigo consiste em uma revisão bibliográfica por meio do estudo de autores como Paro (2016), Antunes (2008) e Lück (2013). A literatura aponta para a necessidade do fortalecimento da gestão escolar participativa por meio de espaços como os conselhos escolares enquanto alternativa que permite a consolidação da escola impulsionadora de formação para o desenvolvimento humano multilateral comprometido com da consciência transformadora.

Palavras-chave: Educação. Gestão escolar participativa. Conselhos escolares. Cidadania.

ABSTRACT

Since education is a political action, exposed and certified as a social and essential right, acquired under struggle, it could be sealed in the Federal Constitution of 1988. Thus, it is extremely important for the school, to see its students with responsibility and sensitivity, contributing to the qualitative acquisition of this right, having as one of the strategies, the decentralization of school management. The school council is part of the mechanisms of participation in schools and is within the relationship between democracy, autonomy and participation. It is necessary to seek knowledge about the potential of the School Board by analyzing how it can contribute to better management. This text seeks to understand the performance of the school council as an instrument of participation in the consolidation of management strategies in the public school, debating need for participation in the effective construction of the school council and investigating possible obstacles faced by school management in the

implementation and constitution of councils, and present aspects that may contribute to improving the reality of the school. This work consists of a bibliographical review, which sought to enable interpretations on various aspects of school councils on the focus on democratic management. In this aspect, there were some very significant contributions such as Paro (2016); Antunes (2008); Lück (2013); among others. The manuals on strengthening school councils are available on the MEC website. Obviously, attention was paid to the credibility and fidelity of the researched sources. Taking care to verify possible inconsistencies and contradictions that may be found in the works.

Keywords: Education. School management. School councils. Democracy. Participation.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o poder público é historicamente entendido como patrimônio do Estado desde o período republicano. Nessa ótica foram criados os conselhos no país, inicialmente, chamados de “conselhos de governo”. Eram constituídos por pessoas detentoras de saberes que supriam os interesses dos “donos do poder”. Assim,

Essa concepção, que situava o Estado como pertencente à autoridade e instituiu uma burocracia baseada na obediência à vontade superior, levou à adoção de conselhos constituídos por “notáveis” pessoas dotadas de saber erudito, letrados. Conselhos de governo, uma vez que serviam aos governantes. O saber popular não oferecia utilidade à gestão da “coisa pública” uma vez que esta pertencia aos “donos do poder” que se serviam dos “donos do saber” para administrá-la em proveito de ambas as categorias (BRASIL, 2004, p. 18).

Com o decorrer do tempo, o movimento de democratização no país culminou com mudanças nos espaços de gestão das políticas públicas e com o fortalecimento de setores por meio da participação dos conselhos em diversos aspectos. Incluindo setores como: “unidades da federação, programas de governo, redes associativas populares e categorias institucionais” (BRASIL, 2004, p. 19).

Assim, a partir da década de 1980, em meio ao processo de redemocratização do país, ocorre o crescimento dos movimentos sociais que clamavam por maior ação participativa nas questões relacionadas à gestão pública do país. Esse contexto, culmina com a aprovação da Constituição cidadã de 1988 e por extensão com a consolidação legal dos chamados conselhos gestores de políticas públicas no Brasil. Esses conselhos com formação de base política associado ao conhecimento popular, presentes nas esferas federal, estadual e municipal foram distribuídos pelas diversas áreas da sociedade civil.

Segundo a Constituição Federal de 1988 a educação compreende uma ação de direito social. Conforme o art. 205, a finalidade da educação é o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1998). Entre os princípios da educação pública destacam-se: “Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; e a Gestão democrática do ensino público” (BRASIL, 1988, art. 206). Tais princípios são a base para a gestão escolar participativa.

É de suma importância para o desenvolvimento político das escolas, enxergar seus alunos na perspectiva do direito fundamental à educação de qualidade social. A gestão escolar descentralizada por meio dos Conselhos Escolares se preocupa com a formação política e também com as reais dificuldades do ensino, da aprendizagem, da formação humana, da construção de valores e de princípios dos sujeitos escolares com o foco na inclusão e na igualdade participativa.

Conforme expressa Gadotti (2010), não se pode pensar em autonomia sem que se pense também em oposição. É no movimento dialético que se constrói a escola da vida real. É no interior dessa escola vivida que é possível construir outra escola (GADOTTI, 2010, p. 8). A histórica burocratização e centralização da gestão ainda é uma dos principais obstáculos que restringem a funcionalidade de uma escola emancipadora e autônoma.

Nessa perspectiva, é necessário reforçar que os Conselhos Escolares constituem importantes mecanismos de participação nas escolas. Também, são instrumentos criados por meio da Lei de Diretrizes e Bases (LDB nº 9394/1996) para a descentralização da gestão nas unidades escolares. Encontra-se inevitavelmente dentro da relação entre democracia, autonomia e participação. Para a literatura da política educacional, só se tem efetivamente conselho se houver a participação coletiva para a tomada de decisão. O Conselho vivo permite pressupostos de autonomia, democracia e liberdade.

“As concepções de gestão escolar que permeiam as práticas educativas são paradigmas que emergem em meio às tensões e aos desafios postos no contexto social” (SILVA; SILVA; SANTOS, 2016, p. 535). A aprovação da LDB de 1996 trouxe ações no quadro educacional que permitiram transformações estruturais no cenário organizacional das práticas educacionais, como também, contraditoriamente, modificou os princípios fundamentais da gestão democrática por meio da possibilidade de experiências de gestão gerencial, permitindo

contextos contrários aos que eram pretendidos pelos educadores pertencentes ao movimento nos anos 1980 (SILVA; SILVA; SANTOS, 2016). Desse modo:

A gestão democrática é processo de construção social que requer a participação de diretores, pais, professores, alunos, funcionários e entidades representativas da comunidade local como parte do aprendizado coletivo de princípios de convivência democrática, de tomada de decisões e de sua implementação (BRASIL/MEC/SEB, 2013, p. 7).

Devemos compreender a gestão escolar democrática por uma ótica de participação que ocorra de forma espontânea, de forma que se torne rotina em prol do desenvolvimento de diversos aspectos para a instituição escolar. Assim sendo, Paterman esclarece os efeitos de uma participação efetiva:

Participação é bem mais do que um complemento protetor de uma série de arranjos institucionais. Ela provoca um efeito psicológico sobre os que participam, assegurando uma inter-relação contínua entre o funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem dentro delas (PATEMAN, 1992, p. 35).

O processo participativo só pode ser compreendido considerando todo o processo histórico de preponderância numa ótica de sociedade espontaneamente participativa (DEMO, 2009). É, nesse contexto de luta, coletividade e democratização, que está contido o Conselho Escolar. Considerando seu papel social e democrático de participação popular, “os conselhos representam hoje uma estratégia privilegiada de democratização das ações do Estado” (BRASIL, 2004, p. 19).

Desse modo, o Conselho Escolar, em seu próprio caráter constitutivo, provoca outras expectativas para a gestão e para a qualidade da educação pública, principalmente por seu princípio democrático. No entanto, é necessário buscar conhecimento a respeito do real potencial que possui o Conselho Escolar para que se possa analisar de que modo ele pode contribuir não só para a melhoria da gestão dos espaços públicos, como também para uma maior atuação de políticas públicas (BRASIL, 2004).

Este artigo reflete sobre a dinâmica do Conselho Escolar enquanto espaço de participação da comunidade na escola pública e aponta possíveis entraves enfrentados pela gestão na busca por sua implementação e consolidação. Metodologicamente, o artigo consiste

em uma revisão bibliográfica por meio do estudo de autores como Paro (2016), Antunes (2008) e Lück (2013). Cabe ressaltar, que, se trata de um trabalho teórico, que procura narrar interpretações de diversos aspectos a respeito da gestão democrática. Sem com isso, estabelecer conclusões rigorosas sobre tema.

A escolha pela temática se justifica pela necessidade de descortinar e possibilitar uma maior visibilidade da democracia participativa para a construção de uma prática mais efetiva e consciente do controle social nos estabelecimentos públicos de ensino do país, mediante a implementação e atuação dos Conselhos Escolares.

A escolha do referido tema surgiu mediante curiosidades e inquietações a respeito dos Conselhos Escolares quanto ao seu papel social considerando a melhoria da escola e da gestão escolar. Bem como, pelo entendimento da necessária reflexão crítica e social sobre a atuação de agrupamento cidadãos para a democratização de responsabilidades.

Este trabalho consiste numa revisão bibliográfica da literatura produtora de conhecimento sobre aspectos dos Conselhos Escolares e da gestão democrática. Segundo Prodanov (2013), a revisão bibliográfica é uma técnica de pesquisa fundamental para a fundamentação do pesquisador com relação aos debates contextuais referentes ao tema pesquisado. Com relação a fontes, o autor destaca que “além de artigos em periódicos nacionais e internacionais e livros já publicados, as monografias, dissertações e teses constituem excelentes fontes de consulta” (PRODANOV, 2013, p. 131).

Foi mediante essa amplitude bibliográfica que realizamos consultas a fontes que abordam a problemática do estudo respaldando a discussão do trabalho em bases científicas. Para tanto, utilizamos materiais teóricos disponíveis tanto em bases virtuais como também no acervo da biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia/IFRN, campus de Canguaretama/RN.

Nesse aspecto, consultamos as contribuições expressivas de Paro (2016) que trata da gestão democrática na escola pública; Antunes (2008) que apresenta o Conselho Escolar e sua organização; e, Lück (2013) que retrata a gestão sob perspectiva participativa. Entre os documentos, consultamos manuais voltados para o fortalecimento dos Conselhos Escolares que são disponibilizados no site do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Por fim, o levantamento realizado também teve contribuição de bases virtuais de pesquisa como artigos

oriundos do Google Acadêmico, SCielo e de Revistas como a Revista Ibero-americana de Educação.

A esse respeito nos descreve Prodanov (2013, p. 51):

Quando a pesquisa se encontra na fase preliminar, tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa, orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto.

Segundo Prodanov (2013, p. 54) “o elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para a coleta de dados”. A pesquisa bibliográfica é de suma importância para nos aproximar de materiais já escritos sobre o objeto pesquisado. Obviamente, atentando para a credibilidade e assertividade das fontes pesquisadas. Na dinâmica metodológica da revisão bibliográfica, é importante verificar não somente a veracidade dos dados colhidos, como também, possíveis incoerências e/ou contradições que possam ser encontradas no estudo teórico.

O artigo está estruturado por meio da introdução e de quatro sessões que dialogam sobre: I- ponderações a respeito dos desafios a serem enfrentados pela gestão escolar; II - conselho Escolar como instrumento auxiliar da gestão na escola; e III - participação da comunidade escolar como elemento essencial para a construção de uma escola efetiva. Ademais, apresenta ponderações e considerações finais.

2 DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR : ALGUMAS PONDERAÇÕES

A democratização no contexto escolar teve início na década de 80, a qual deu-se início por meio da eleição para diretor. Bem se sabe, que só o fato de escolher a gestão de uma escola com eleição direta não é suficiente para garantir a democracia na conjuntura escolar. Porém, foi um passo importante, considerando que os diretores das escolas públicas eram escolhidos por meio de indicações políticas e partidárias (BRASIL, 2013).

No entanto, [...] o processo de eleição favorece a discussão e faz emergir e tornar transparentes os conflitos internos, estimula a relação da direção com as dimensões pedagógicas da gestão e, certamente, diminui o poder clientelístico de ocupantes de cargo de poder público (BRASIL, 2013, p. 14).

É importante destacar que mesmo diante desse considerável avanço, o que se constata atualmente são diversos padrões de gestão em convívio no ambiente escolar. Porém, a gestão gerencial tem mostrado maior destaque em consequência dos programas oficiais do sistema de ensino servirem de suporte. Cabe frisar, que esse modo de gestão tem garantido frequência LIMA, Clayton Corsino de Araújo Lima. Conexões entre gestão escolar, conselhos e participação. Revista Faculdade Famen, Natal, v.1, n.1, 2020. 7 nas escolas devido à necessidade de descentralizar ações da gestão na divisão de responsabilidade entre os membros da comunidade escolar, como também da participação dos órgãos colegiados (LOPES; CASTRO, 2012).

Também na visão das referidas autoras:

Percebe-se uma mudança na organização e na gestão da escola, em que se destaca as estratégias do novo modelo gerencial do serviço público, com o intuito de tornar a escola mais ágil, mais eficiente e mais produtiva. Para isso, utiliza-se a transposição da administração do setor produtivo para a escola, como se houvesse semelhanças na natureza dessas instituições (LOPES; CASTRO, 2012, p. 34)

Logo esse processo de descentralização é resultado, por um lado das cobranças dos grupos populares por buscar maior participação e menos burocracia do Estado e, por outro pelas ações ardilosas dos neoliberais defendendo e apoiados pela falácia da modernização (LOPES; CASTRO, 2012). Esse estilo gerencial de gestão pública foi esquematizada para os diversos contextos da sociedade, dando ao governo meios de realizar ações populares onde as esferas igualitárias, público e privado, teriam a responsabilidade para sua concretização. “As reformas implementadas tiveram caráter dominante e contribuíram para a exclusão, uma vez que o mercado (poder de compra) era o referencial para as experiências planejadas” (SILVA; SILVA; SANTOS, 2016, p. 536).

Segundo Paro (2016), quando se insinua uma gestão escolar democrática com caráter efetivo de participação, termina por ser classificado como utopia, e reforça ser necessário fazer um questionamento a respeito desse fator utópico dado a gestão democrática, considerando que a escola precisa ser transformadora. No entanto, para que isso aconteça fazse necessário que a escola também passe por um processo de transformação, deixando de reproduzir os interesses da classe autocrata e passando a valorizar os conhecimentos e valores da classe socialmente desfavorecida, para que possam se apropriar do seu lugar de direito, com consciência e atitude

cidadã. Dessa forma, a escola começará a ser um espaço legitimamente democrático a partir da gestão e não constituirá mais uma utopia.

No que se refere a definição das ações do gestor de escola, nos remete prontamente à representação de um administrador comercial, como enorme incumbências sobre seus cuidados formais, seguindo regras e processos sobre a advertência hierárquica para realizar metas instituídas por políticas governamentais (RISCAL; LUIZ, 2016).

[...] (o diretor assume essa postura autoritária) não por culpa dele, mas porque a escola não está organizada para ser, de fato, uma escola. Não se organiza uma escola para que o aluno vá lá aprender e se fazer humano. Organiza-se uma escola para se fazer concursos, para se fazer índices de Pisa. Por isso é difícil o próprio papel do diretor. A escola é cada vez mais invadida pela ideologia empresarial, negando seu papel educacional (PARO, 2015 apud RISCAL; LUIZ, 2016, p. 32).

É ele que tem a competência, dentro da escola, para garantir o bom e necessário desenvolvimento do trabalho dentro de um perfil característico da política educacional. Esse é um ofício que exige intervenções do gestor para que garanta o uso coerente dos recursos objetivos e subjetivos destinados a instituição escolar para que se tenha o êxito esperado.

Isso envolve a articulação, em torno do planejamento escolar, de diversos personagens (alunos, docentes e funcionários da escola), e que constituem os recursos subjetivos que o diretor tem à sua disposição para atingir os fins a que se propõe o projeto escolar (RISCAL; LUIZ, 2016, p. 35).

Faz-se necessário compreender que esse é um processo tardio e complexo, porém, ações democráticas podem possibilitar uma melhor concepção diante das dificuldades que surgem no cotidiano escolar. “Os desafios para uma gestão democrática são imensos e devem ser encarados há todo momento, em diferentes espaços e das mais variadas formas” (RISCAL; LUIZ, 2016, p. 36a). Ainda que a gestão democrática constitua uma deliberação sobre a custódia da lei, apenas, ela por si mesma, não garante democracia. “Nessa perspectiva, nenhuma sociedade deve estar à mercê da imposição de leis, mas deve estar atenta a aplicação contextualizada das legislações como direito positivado” (RISCAL; LUIZ, 2016, p. 36b).

2.1 O CONSELHO ESCOLAR COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO NA ESCOLA

Segundo Sena Neto (2014), devido a modernização das normas públicas de gestão, houve algumas possibilidades e a necessidade de acompanhar e até de participar de algumas ações governamentais, gerando assim, uma maior atenção a conceitos antes ignorados (descentralização administrativa, municipalização e gestão democrática). Sendo assim, os atos jurídicos voltados para o controle social de recursos públicos, tem tornado cada vez institucional o exercício da cidadania participativa atual.

A democracia participativa e representativa existente na atualidade emana da evolução do pensamento do cidadão moderno, que passa a valorizar a sua participação enquanto membro de uma sociedade organizada e responsabilizada pela gestão dos recursos públicos, na medida em que o controle social se faz necessário, LIMA, Clayton Corsino de Araújo Lima. Conexões entre gestão escolar, conselhos e participação. Revista Faculdade Famen, Natal, v.1, n.1, 2020. 9 no intuito de diminuir a má utilização do dinheiro público por gestores em desacordo com a legislação vigente (SENA NETO, 2014, p. 21).

De acordo com Antunes (2008), o Conselho Escolar em seu aspecto deliberativo foi instituído e teve suas imputações expandidas devido as muitas reivindicações encabeçadas por docentes em pressão ao Estado. O Conselho Escolar deve ser organizado com representação de todos que formam a comunidade escolar (um representante de cada segmento que compõe a escola incluindo alunos e responsáveis) deve atuar efetivamente em todo e qualquer situação e decisão pertencente ao ambiente escolar. Nesse aspecto o conselho se constitui tanto um poderoso instrumento de democracia participativa no contexto escolar, como também um órgão importante de auxílio da gestão em prol de uma escola melhor. Segundo ainda o mesmo autor, onde o conselho tem atuação ativa a escola passar concretamente a ter atos mais democráticos, manifestando-se por meio de um maior zelo com as dificuldades que surgem diante do contexto educacional, o que habilita e facilita a participação de forma voluntária nas decisões antes tomadas de forma centralizada.

A respeito do aspecto de descentralizador da gestão, Antunes (2008) nos dá esclarecimentos baseado na visão de Jacobi (1990):

Descentralização significa, em teoria, a possibilidade de ampliação para o exercício dos direitos, a autonomia da gestão municipal, a participação, controle e gestão cidadina no seu cotidiano, assim como a potencialização de instrumentos adequados para o uso e redistribuição mais eficiente dos escassos recursos públicos e para reverter as tendências globalizantes dos projetos de planejamento, possibilitando a desburocratização administrativa e a equitatividade na definição da agenda. Descentralizar não significa só a delegação de funções, mas também a fragmentação do poder através das mais diferentes esferas sociais (JACOBI, 1990 apud ANTUNES, 2008, p. 97).

Dentro dessa ótica, é indispensável o envolvimento efetivo de todos que fazem parte do contexto da escola para que se estabeleça de fato a democratização da escola por meio do Conselho Escolar. Para que ele não continue sendo apenas uma mera ferramenta burocrática de e por reivindicações legais. Para Brasil (2006), a educação escolar como ambiente de formação social emancipatória deve promover sua função por uma melhor qualidade do ensino e indispensavelmente por uma inclusão social plena.

Nessa perspectiva, o Conselho Escolar deve ter como compromisso e missão cuidar para que isso seja garantido para sociedade. Pois, entendendo-o como sua característica de LIMA, Clayton Corsino de Araújo Lima. Conexões entre gestão escolar, conselhos e participação. Revista Faculdade Famen, Natal, v.1, n.1, 2020. 10 colegiado de tomada de decisão socialmente coletiva precisa se ater às necessidades, dificuldades e principalmente às possibilidades de modo democrático e reflexivo, investigando, fiscalizando e propondo meios para que se obtenha uma melhor qualidade educativa tornando-a mais igualitária. Desse modo, proporcionando, subsídios que possam contribuir por meio do diálogo e consigam projetar, preparar, concretizar, avaliar o trabalho nas reuniões.

Por essa ótica, “O Conselho será a voz e o voto dos diferentes atores da escola, internos e externos, desde os diferentes pontos de vista, deliberando sobre a construção e a gestão de seu projeto político-pedagógico” (BRASIL, 2004, p. 36). No entanto, um gestão escolar democrática só poderá ser realmente instituída com a demolição de padrões patrimonialistas dos dirigente desse país, presentes tanto nos gabinetes de governo como em corporações, substituindo-os por pensamentos de bases diferentes construindo novos alicerces centrados sobre o pertencimento de uma escola cidadã, revestida de autonomia participativa.

Segundo o ponto de vista de Riscal (2010), os Conselhos Escolares devem ser o auxílio da gestão para o bom e eficiente uso dos recursos da escola pública, garantindo maior controle social e seriedade administrativa. Deve garantir também, uma dialogicidade entre sociedade

civil e o poder político. Portanto centrado no conceito do mesmo autor, os conselhos escolares se constituem uma eficaz ferramenta de descentralização da gestão da escola pública, ampliando com isso o controle social por meio da participação envolvendo inteiramente os segmentos populares.

No entanto, não podendo deixar de destacar as dificuldades que são encontradas para se estabelecer de fato os conselhos escolares. De acordo com Riscal (2010), um dos primeiros desafios é a luta pela descentralização administrativa embasada na gestão democrática, visando a extinção do autoritarismo que ainda existente arraigado no paradigma tradicionalista, questão que pode ocorrer inclusive dentro do próprio colegiado.

Isto ocorre porque, em geral, embora as relações tenham a aparência de paritárias, dificilmente o são, e porque se tende a reproduzir no interior do colegiado a racionalidade organizatória tradicional segundo a qual alguém deve assumir o controle e a liderança (RISCAL, 2010, p. 32).

Idealiza-se uma fantasiosa coletividade deliberativa, contudo, consegue-se a manutenção das diferenças hierárquicas. Acredita-se em um conselho independente e com capacidade de decisão acima do que determina os órgãos normativos nos três níveis federados. O equívoco de se ignorar essas regras constituídas por pelo alto escalão normativo que dita e fiscaliza a prática cotidiana das escolas causa um desânimo constante, originando uma sensação de incapacidade por parte do colegiado (RISCAL, 2010). E acrescenta a autora:

Outro problema que parece interferir na constituição dos conselhos como órgãos políticos de natureza deliberativa é a própria legislação que limita as atribuições de gestão da escola e associa as atividades dos pais e comunidade escolar a outras formas de colaboração, mais tradicionais e eficientes, como as de caráter assistencialista e de financiamento das atividades escolares. O desvio para as atividades assistenciais, financeiras ou recreativas constitui um dos estratagemas mais utilizados por diretores para atrair os pais para participação na escola. É necessário, entretanto, que se estabeleça uma clara distinção entre essas atividades e o seu significado para a vida coletiva da escola (RISCAL, 2010, p. 33).

Por fim, destacaremos alguns entraves identificados e apontados segundo a pesquisa realizada por Dutra e Afonso (2017). Ficou evidenciado como destaques básicos pelas referidas autoras, que em muitos casos o Conselho Escolar tem servido apenas como obrigação burocrática e não tendo como base a característica de democratização do contexto escolar.

Outro problema identificado por elas o comprometimento do papel representativo por parte dos conselheiros, considerando a falta cotidiana de ações práticas e a deficiência no repasse das informações a cada segmento. “Este fato pode ser analisado a partir da falta de condições favoráveis para a interação entre o representante e seu segmento” (DUTRA; AFONSO, 2017, p. 41).

Assim sendo, esclarecem que para que haja uma participação efetiva é necessário que se considere o conjuntura social da instituição e que além do estímulo se dê condições concretas de participação para a comunidade como um todo. E que “o conselho escolar se configura como um espaço fundamental para o exercício democrático no interior das escolas, mesmo quando funciona com determinadas limitações” (DUTRA; AFONSO, 2017, p. 41).

2.2 A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR COMO ELEMENTO ESSENCIAL PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA EFETIVA

Sendo a participação palavra chave desse tópico, tentaremos trazer uma definição que caracterize-a. Desse modo, Bordenave nos remete a origem da palavra, “de fato a palavra participação vem da palavra parte. Participação é fazer parte, tomar parte ou ter parte” (BORDENAVE, 1994, p. 22). Dentro dessa perspectiva entendemos que não só é um direito como um dever o envolvimento da comunidade escolar em toda conjuntura escolar. Essa lógica toma embasamento na reflexão feita por Lück (2009):

A democracia constitui-se em característica fundamental de sociedades e grupos centrados na prática dos direitos humanos, por reconhecerem não apenas o direito de as pessoas usufruírem dos bens e dos serviços produzidos em seu contexto, mas também, e sobretudo, seu direito e seu dever de assumirem responsabilidade pela produção e melhoria desses bens e serviços. Com essa perspectiva, direitos e deveres são dois conceitos indissociáveis, de modo que, falando-se de um, remete-se ao outro necessariamente. E é nessa junção que se estabelece a verdadeira democracia, construída mediante participação qualificada pela cidadania e construção do bem comum (LÜCK, 2009, p. 70).

Mediante ao que foi esclarecido, entendemos que com uma participação ativa da comunidade escolar, na vivência cotidiana da escola, toda e qualquer ação prática, desde a mais simples a mais complexa poderá ocasionar numa melhor adequação aos interesses e

necessidades dos educandos. Como também uma via contrária, ou seja, com a escola participando de forma concreta e na vida real da comunidade e encurtando o alcance entre o orbe da produção profissional seria um complemento fundante de uma nova realidade na aprendizagem escolar, profissional e humana. “Sobre todas as coisas, a participação escolacomunidade constitui um laboratório vivo onde os futuros cidadãos aprendem a difícil arte da convivência democrática” (BORDENAVE, 1994, p. 61).

Considerando esta expectativa, “a participação se constitui em uma expressão de responsabilidade social inerente à expressão da democracia” (LÜCK, 2009, p. 71a). Assim sendo, entendemos que uma gestão nos moldes democráticos deve dar nortes e propor um ambiente favorável, para que as partes envolvidas num coletivo possam não só ser parte, como também toma parte, assumindo a concreta participação cotidianamente juntamente com o protagonismo das ações e tornar real os objetivos planejados por meio de uma democracia participativa. Desse modo, a mesma autora diz que a democracia se constrói por meio da edificação de um coletivo comum, num processo cultural de consciência para à atuação cidadã na sociedade. Para tanto, é necessário entender que oportunizar a participação efetiva é perceber o intercâmbio que há em meio aos direitos e deveres, distinguindo função LIMA, Clayton Corsino de Araújo Lima. Conexões entre gestão escolar, conselhos e participação. Revista Faculdade Famen, Natal, v.1, n.1, 2020. 13 igualitária com valores comuns, para que o empenho coletivo resulte nos fins educativos. Ainda, seguindo na perspectiva de constituição e aprendizagem do aluno Heloísa Lück esclarece que:

Destaca-se, pois, que a formação do aluno e a sua aprendizagem constituem-se no objetivo central da gestão democrática. Vale dizer que todos os processos e ações participativos promovidos pela escola somente se justificam na medida em que sejam orientados para melhorar os resultados dos alunos (LÜCK, 2009, p. 71b).

É necessário que ininterruptamente tenhamos em mente que essa missão igualitária só manifestar-se na proporção que for conduzida em benefícios do educando, tendo como meta a formação cidadã e o desenvolvimento humanitário. Em meio a isso, um expressivo desenvolvimento de aptidões e consciência crítica, possibilitando ao discente ser um cidadão atuante de caráter prático no meio social, tornando minimamente em ação seus direitos e seus deveres. Por isso, é que a gestão escolar enquanto democrática, deve almejar que consiga a

possibilidade de uma qualificação adequada e um desenvolvimento pleno para o educando levando em conta suas especificidades. Devendo também proporcionar condições favoráveis para um convívio democrático e participativo, no qual os alunos possam aprender pela vivência cotidiana, sentido dos direitos pela participação aliada a consciência dos deveres (LÜCK, 2009). “Portanto, a participação está centrada na busca de formas mais democráticas de promover a gestão de uma unidade social” (LÜCK, 2009, p. 71c).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciou-se o trabalho de pesquisa constatou-se a necessidade de descortinar e possibilitar uma maior visibilidade aos procedimentos provindos da democracia participativa para a construção de uma prática mais efetiva e consciente do controle social nos estabelecimentos públicos de ensino, mediante a implementação e atuação dos Conselhos Escolares. Na perspectiva de contribuir científica e socialmente, a partir da formação à prática efetiva, consciente e democrática de participação por meio do conhecimento e compreensão dos Conselhos Escolares. A escolha do referido tema também foi reforçada por diversas dúvidas e inquietações a respeito dos Conselhos Escolares e seu papel social na melhoria da escola, como também da gestão escolar.

Diante disso, a pesquisa teve como objetivo compreender a atuação do Conselho Escolar enquanto instrumento de participação na consolidação das estratégias de gestão na escola pública. E debater acerca da necessidade da participação para a construção efetiva desse instrumento democrático. Procurando investigar os possíveis entraves enfrentados pela gestão escolar com relação à implementação e constituição do Conselho Escolar e apresentar os principais aspectos que podem contribuir na prática para melhoria da realidade da escola a partir da descentralização da gestão escolar.

Desse modo, podemos afirmar que os objetivos estabelecidos foram atingidos, por que efetivamente tivemos uma compreensão satisfatória em torno do contexto que envolve os Conselhos Escolares, o histórico de luta passando pelo processo de constituição. Identificamos o poder de transformação social que ocorrer quando esse órgão é efetivamente atuante e principalmente quando é levado em consideração as características da comunidade. Identificou-se também que a efetiva e plena participação compreende a necessidade de um processo de

conscientização tanto de direitos, quanto de deveres. E que esse processo é fundamentalmente necessário não só para uma concreta implementação dos Conselhos Escolares, como também tornar para tornar o poder descentralizado. O que amplia as possibilidades de vencer os entraves e melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem para os alunos, contribuindo para uma produtividade eficaz e envolvendo uma real gestão democrática.

Para definimos como metodologia à ser realizada na pesquisa, o pouco tempo disponível e o período letivo que a pesquisa seria iniciada precisou ser analisado. Desse modo, chegamos à conclusão que a pesquisa bibliográfica seria a mais adequada considerando as limitações encontradas para a realização do trabalho. Nesse sentido, é que podemos avaliar a importância dessa pesquisa, pois, com a contribuição de vários autores no qual, deram o suporte necessário para o trabalho foi possível discutir o tema sobre uma nova ótica, o que nos permitir à assimilação de conhecimento a respeito do objeto estudado.

Certamente este tema pode ser analisado sobre diferentes aspectos nos quais não possibilitou fazê-lo, mediante as circunstâncias por nós vivenciadas. No entanto, ousamos propor que as próximas pesquisas sobre este mesmo tema possam fazer uma análise LIMA, Clayton Corsino de Araújo Lima. Conexões entre gestão escolar, conselhos e participação. Revista Faculdade Famen, Natal, v.1, n.1, 2020. 15 comparativa sobre o nível de consciência participativa neste órgão em regiões distintas entrevistando o maior número de pessoas possível.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ângela. **Aceita um conselho?**: Como organizar o colegiado escolar 3. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2008. (Guia da escola cidadã, v. 8).

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (coleção primeiros passos, n. 95)

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselhos escolares: democratização da escola e construção da cidadania**. Brasília, DF: 2004. (Programa nacional de fortalecimento dos conselhos escolares, Caderno 1).

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Escolar como espaço de formação humana: círculo de cultura e qualidade da educação**. Brasília, DF: 2006. (Secretaria de Educação Básica).

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/constitui%C3%A7%C3%A3o.ht> . Acesso em 20 de Agosto de 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Formação de professores do ensino médio, etapa I - caderno V**: organização e gestão democrática da escola. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica; [autores: Celso João Ferretti, Ronaldo Lima Araújo, Domingos Leite Lima Filho]. – Curitiba, UFPR: 2013. (Setor de Educação).

DUTRA, Gislene Silva; AFONSO, Maria Lúcia Miranda. A implementação e funcionamento dos conselhos escolares: dificuldades, potencialidades e desafios. **Revista Ibero-americana de Educação**, v. 73, n. 2, P. 23-44, Jan., 2017. (Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI/CAEU)). Disponível em: <https://rieoei.org/historico/documentos/7683.pdf>. Acesso em: 10 novembro de 2019.

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã**. 13. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010. (Coleção questões da nossa época, v. 9).

LOPES, Monik de Oliveira; CASTRO, Alda Maria Duarte. Modernização Administrativa: repercussões na gestão educacional. In: CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. FRANÇA, Magna. (orgs.). **Política Educacional**: contextos e perspectivas da educação brasileira. Brasília: Liber Livro, 2012.

MORAIS, P. S. Participação como forma de ampliação dos espaços democráticos: concepções e perspectivas para a gestão da escola. In: **XXV Simpósio Brasileiro/II Congresso Ibérico-Americano de Política e Administração da Educação (ANPAE)**, 2011. São Paulo. Políticas Públicas e Gestão da Educação: construção histórica, debates contemporâneos e novas perspectivas. Disponível em: www.anpae.org.br/simposio2011/PDFs/trabalhoscompletos/comunicaçõesrelatos/0437.p. Acesso: em 12 de Setembro de 2019.

NETO, Bernardino Galdino de Sena. **Controle Social na Educação**: Atualização e Dinamização do Conselho Escolar da Escola Estadual Profª Calpúrnia Caldas de Amorim – Caicó / RN. 2014. 62 f. Monografia (Graduação em Administração Pública a distância) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2014.

Lück, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2190198/mod_resource/content/1/dimensoes_livro.pdf. Acesso: em 15 de outubro de 2019.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RISCAL, José Reinaldo; LUIZ, Maria Cecília. **Gestão democrática e a análise de avaliações em larga escala**: o desempenho de escolas públicas no Brasil. São Carlos/SP. Pixel, 2016. 159 p. (Coleção Especialização). Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2016-pdf/49171-gestao-democratica-e-a-analise-deavaliacoes-larga-escala/file>. Acesso em: 01 de novembro de 2019.

SILVA, Givanildo da; SILVA, Alex Vieira da; SANTOS, Inalda Maria dos Santos. Concepções de gestão escolar pós-LDB: o gerencialismo e a gestão democrática. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 19, p. 533-549, 2016.